



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º De 17/04/1997
C C Stolzino
C C Rubrica

Processo : 10912.000384/92-60

Sessão : 25 de maio de 1995

Acórdão : 203-02.206

Recurso : 97.449

Recorrente : AGRO-FORESTAL RIOGRANDENSE LTDA.

Recorrida : DRF em Curitiba - PR

ITR - LANÇAMENTO - Áreas de preservação ambiental, reflorestadas com essências nativas. Eventuais erros contidos na declaração deverão ser retificados de ofício pela autoridade administrativa (art. 147, § 2º). Recurso a que se dá provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: AGRO-FORESTAL RIOGRANDENSE LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso**. Ausente o Conselheiro Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1995

Osvaldo José de Souza
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Thereza Vasconcellos de Almeida, Sérgio Afanásieff, Mauro Wasilewski, Tiberany Ferraz dos Santos, Celso Angelo Lisboa Gallucci e Ricardo Leite Rodrigues.

FCLB/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10912.000384/92-60
Acórdão : 203-02.206
Recurso : 97.449
Recorrente : AGRO-FLORESTAL RIOGRANDENSE LTDA.

RELATÓRIO

A empresa acima identificada foi notificada a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuições Parafiscal e Sindical Rural CNA - CONTAG, no montante de Cr\$ 85.329.378,00, correspondente ao exercício de 1992, do imóvel de sua propriedade denominado “Primavera”, cadastrado no INCRA sob o Código 703 010 010 561 8, localizado no Município de Adrianópolis - PR.

Não aceitando tal notificação, a requerente procedeu à impugnação (fls. 01), alegando que áreas com exploração florestal foram tributadas por terem sido declaradas no campo de informações sobre explorações florestais ao invés de declaradas no campo nº 33.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância, às fls. 14/15, julgou procedente o lançamento cuja ementa destaco:

“No lançamento feito com base na declaração do contribuinte, o crédito lançado somente poderá ser reduzido se a retificação for apresentada antes da notificação e mediante comprovação do erro em que se funde (art. 147, parágrafo 1º do CTN).”

Cientificada em 21/03/94, a interessada interpôs recurso voluntário, em 20/04/94 (fls. 17/19) alegando, em síntese, que as deduções previstas na lei se aplicavam ao presente lançamento, independentemente de impugnação do lançamento por parte da contribuinte. No caso presente, por tratar-se de área de mata nativa, sujeita a regime de Plano de Exploração Florestal aprovado pelo IBAMA, está a mesma sujeita à redução do ITR, uma vez que o art. 7º § 4º da Instrução Especial nº 19 - INCRA assim o prevê.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10912.000384/92-60

Acórdão : 203-02.206

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSVALDO JOSÉ DE SOUZA

No meu entendimento assiste razão à contribuinte quando reclama a fruição do benefício do FRU e do FRE, pelas razões alegadas.

Além disso, quando o pedido de retificação é feito após o lançamento mas possui elementos que confirmam a pretensão do requerente, tem sido praxe nesta Câmara adotá-lo como impugnação.

Neste caso, a decisão do julgador singular não acolheu a solicitação, preferindo a verdade formal à verdade material.

Cabe a este Colegiado, avaliar da legalidade e da pertinência do recurso que se opõe à decisão monocrática.

Pelas razões apresentadas e pelos documentos acostados ao processo sou pelo provimento ao recurso impetrado. Voto, pois, para dar provimento ao recurso nos termos solicitados.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1995

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'OSVALDO JOSÉ DE SOUZA'.